

*DIÁRIO*  
**OFICIAL**



*Prefeitura Municipal*  
*de*  
***Macajuba***

## ÍNDICE DO DIÁRIO

### PORTARIA

PORTARIA Nº 263/2023.....

**PORTARIA Nº 263/2023**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA**

**CNPJ: 13.810.841/0001-06**

End: Praça Dr. Castro Cincurá, 225, Centro,  
Macajuba - Bahia, Cep: 46.805-000, Tel: (74) 3259-2126

**PORTARIA Nº 263/2023,  
DE 17 DE JULHO DE 2023**

**“Dispõe sobre os Requerimentos e Formulários para procedimentos administrativos referentes à Gestão Ambiental Compartilhada do Município de Macajuba, e dá outras providências.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAJUBA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, incisos VI e VII, atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência comum para a proteção do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 6.938/1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e que designa a autonomia municipal no que tange à questão ambiental;

**CONSIDERANDO** que a Constituição do Estado da Bahia, em seu art. 59, inciso VII, declara que cabe aos Municípios garantir a proteção do patrimônio ambiental

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA**  
Praça Dr. Castro Cincurá, 225, Centro, Macajuba - Ba  
(74) 3259-2126



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA**

**CNPJ: 13.810.841/0001-06**

End: Praça Dr. Castro Cincurá, 225, Centro,  
Macajuba - Bahia, Cep: 46.805-000, Tel: (74) 3259-2126

e, em seu art. 213, § 4º, diz que o Estado poderá delegar competências aos conselhos e órgãos de defesa do meio ambiente, criados por lei municipal;

**CONSIDERANDO** que o §3º do artigo 45 da Lei Estadual 10.431/2006, alterado pela Lei 12.377/2011, preleciona que o conteúdo dos estudos, das condicionantes e das outras medidas para o licenciamento serão definidos no regulamento desta Lei, e em outros atos complementares a serem editados pelos órgãos coordenador e executor da Política Estadual de Meio Ambiente obedecido o princípio da publicidade;

**CONSIDERANDO** as disposições do Regulamento da Lei nº10.431/2006 aprovado pelo Decreto Estadual nº 14.024 de 06 de junho de 2012;

**CONSIDERANDO** que o Decreto Estadual nº 14.024, de 07 de junho de 2012, dispõe que aos órgãos locais do SISEMA, cabe exercer a fiscalização e o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades considerados como de impacto local, bem como daqueles que lhes forem delegados pelo Estado;

**CONSIDERANDO** a Resolução do CEPRAM 4327 de 31 de outubro de 2013 e suas atualizações;

**CONSIDERANDO** a Portaria do INEMA 11.292 de 13/02/2016;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 282/2022 que institui a Política Municipal do Meio Ambiente e o Decreto Municipal Regulamentador 355/2023;

**CONSIDERANDO** ainda a necessidade de orientar os processos para obtenção de regularidade ambiental dos empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA**  
Praça Dr. Castro Cincurá, 225, Centro, Macajuba - Ba  
(74) 3259-2126



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA**

**CNPJ: 13.810.841/0001-06**

End: Praça Dr. Castro Cincurá, 225, Centro,  
Macajuba - Bahia, Cep: 46.805-000, Tel: (74) 3259-2126

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Estabelecer modelos padrão de Requerimentos e Formulários para Procedimentos administrativos referentes à Gestão Ambiental Compartilhada.

**Parágrafo Único** - Os formulários serão disponibilizados através de site oficial da Prefeitura Municipal e/ou na SEMA através de meio digital pelo e-mail: [licencaambiental.macajuba@gmail.com](mailto:licencaambiental.macajuba@gmail.com).

**Art. 2º** - Para os efeitos desta portaria, os requerimentos administrativos são:

I. Requerimento de Licenciamento Ambiental (RLA): formulário utilizado para atividades passíveis de licença ambiental, atividades com dispensa de licença ambiental, inexistência de licença ambiental e autorização de supressão vegetal, dentre outras previstas em normas vigentes.

II. Formulário de Análise Prévia (AP): documento atrelado aos processos de licenciamento ambiental.

**Parágrafo Único** - Todos os requerimentos desse artigo estão apensados em ordem de citação desta portaria.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete da Prefeitura Municipal de Macajuba/BA**, em 17 de julho de 2023.

  
**LUCIANO PAMPONET DE SOUSA**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA - BA**  
Praça Dr. Castro Cincurá, 225, Centro, Macajuba - Ba  
(74) 3259-2126

 <p style="font-size: 24pt; font-weight: bold;">SAMA</p> <p style="font-weight: bold;">Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente</p> <p style="font-weight: bold; margin-top: 20px;">REQUERIMENTO - LICENCIAMENTO AMBIENTAL</p> <p style="font-size: 8pt;">Enquadramento do porte do empreendimento ou atividade ( <input type="checkbox"/> ) Pequeno ( <input type="checkbox"/> ) Médio ( <input type="checkbox"/> ) Grande Remuneração básica para análise de processo: R\$ _____ Código Estado: _____ <small>(Anexo III do Regulamento da Lei n.º 10.431/06 aprovado pelo Decreto nº 14.024/12)</small></p>	<p style="font-weight: bold; color: red; margin: 0;">USO EXCLUSIVO DA SAMA</p> <p style="font-size: 8pt;">Processo n.º _____ Data de formação:     /     / Processo Convertido: _____ Data de Conversão:    /     /</p> <hr/> <p style="text-align: center; font-weight: bold; font-size: 8pt;">Conferência pelo(a) ATEND</p>		
PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO INTERESSADO			
<p><b>1. Requerente:</b></p> <p>Razão Social / Pessoa Física: _____ CNPJ / CPF: _____ Endereço do requerente: _____ Bairro: _____ Município: _____ CEP: _____</p>			
<p><b>2. Requerimento para:</b></p> <table style="width: 100%; border: none;"><tr><td style="width: 50%; vertical-align: top;"><p>( <input type="checkbox"/> ) Licença Unificada – LU ( <input type="checkbox"/> ) Licença Prévia – LP ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Instalação – LI ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Operação – LO ( <input type="checkbox"/> ) Renovação de Licença de Operação – RLO ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Alteração – LA ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Operação da Alteração – LOA ( <input type="checkbox"/> ) Autorização Ambiental – AA ( <input type="checkbox"/> ) Licença Conjunta – LC ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Regularização</p></td><td style="width: 50%; vertical-align: top;"><p>( <input type="checkbox"/> ) Revisão de Condicionantes – RC ( <input type="checkbox"/> ) Alteração de Razão Social – ALRS ( <input type="checkbox"/> ) Transferência de Aprovação, Autorização, Registro ou Licença Ambiental – TLA ( <input type="checkbox"/> ) Prorrogação de Prazo de Validade – PPV ( <input type="checkbox"/> ) Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA ( <input type="checkbox"/> ) Autorização para Captura, Coleta e ou Transporte para realização de Estudos de Fauna – ARTA ( <input type="checkbox"/> ) Licença Prévia de Operação – LPO ( <input type="checkbox"/> ) Dispensa de Licença Ambiental - DLA ( <input type="checkbox"/> ) Outros</p></td></tr></table>		<p>( <input type="checkbox"/> ) Licença Unificada – LU ( <input type="checkbox"/> ) Licença Prévia – LP ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Instalação – LI ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Operação – LO ( <input type="checkbox"/> ) Renovação de Licença de Operação – RLO ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Alteração – LA ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Operação da Alteração – LOA ( <input type="checkbox"/> ) Autorização Ambiental – AA ( <input type="checkbox"/> ) Licença Conjunta – LC ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Regularização</p>	<p>( <input type="checkbox"/> ) Revisão de Condicionantes – RC ( <input type="checkbox"/> ) Alteração de Razão Social – ALRS ( <input type="checkbox"/> ) Transferência de Aprovação, Autorização, Registro ou Licença Ambiental – TLA ( <input type="checkbox"/> ) Prorrogação de Prazo de Validade – PPV ( <input type="checkbox"/> ) Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA ( <input type="checkbox"/> ) Autorização para Captura, Coleta e ou Transporte para realização de Estudos de Fauna – ARTA ( <input type="checkbox"/> ) Licença Prévia de Operação – LPO ( <input type="checkbox"/> ) Dispensa de Licença Ambiental - DLA ( <input type="checkbox"/> ) Outros</p>
<p>( <input type="checkbox"/> ) Licença Unificada – LU ( <input type="checkbox"/> ) Licença Prévia – LP ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Instalação – LI ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Operação – LO ( <input type="checkbox"/> ) Renovação de Licença de Operação – RLO ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Alteração – LA ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Operação da Alteração – LOA ( <input type="checkbox"/> ) Autorização Ambiental – AA ( <input type="checkbox"/> ) Licença Conjunta – LC ( <input type="checkbox"/> ) Licença de Regularização</p>	<p>( <input type="checkbox"/> ) Revisão de Condicionantes – RC ( <input type="checkbox"/> ) Alteração de Razão Social – ALRS ( <input type="checkbox"/> ) Transferência de Aprovação, Autorização, Registro ou Licença Ambiental – TLA ( <input type="checkbox"/> ) Prorrogação de Prazo de Validade – PPV ( <input type="checkbox"/> ) Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA ( <input type="checkbox"/> ) Autorização para Captura, Coleta e ou Transporte para realização de Estudos de Fauna – ARTA ( <input type="checkbox"/> ) Licença Prévia de Operação – LPO ( <input type="checkbox"/> ) Dispensa de Licença Ambiental - DLA ( <input type="checkbox"/> ) Outros</p>		

<b>3. Empreendimento</b>				
Nome do Empreendimento:				
Tipo de Atividade (Código da Secretaria da Receita Federal)				
CNPJ / CPF:				
Endereço:				
Bairro:	Município:	CEP:	UF:	
Telefone: (    )	Fax: (    )	E-mail:		
Atividade situada em Unidade de Conservação ou em sua zona de amortecimento? (    ) Não (    ) Sim Nome da UC				
Bacia Hidrográfica Recurso Hídrico:				
Coordenadas Geográficas, (de acordo critérios e diretrizes da Portaria nº 13.950/2010).				
Latitude	Longitude			
<b>4. Fase Atual do Empreendimento:</b>	(    ) Localização	(    ) Instalação	(    ) Operação	(    ) Não se aplica
<b>5. Contato para Assuntos Relacionados ao Requerimento:</b>				
Nome:	Telefone:	Celular:	E-mail:	
<b>6. Endereço para Correspondência:</b>				
Destinatário:				
Endereço:				
Bairro:	Município:	CEP:	UF:	
Telefone:	Celular:	Fax:		
Cargo:	E-mail:			
<b>7. O Empreendimento possui Licença ou Autorização anterior? (    ) Não (    ) Sim, especificar:</b>				
Tipo:	Resolução CEPRAM nº:	Validade: / /		
Processo nº	Portaria INEMA nº:	Validade: / /		
<b>8. Existe outro processo referente a este empreendimento em tramitação no INEMA e/ou órgão ambiental municipal?</b>				
Processo nº	Tipo :			
<b>9. O Requerente tem pendência ambiental junto ao INEMA, IBAMA ou órgão ambiental municipal, relativa ao empreendimento objeto deste requerimento? (    ) Não (    ) Sim, especificar:</b>				
Notificação nº	Embargo nº			
Advertência nº	Apreensão nº			
Multa nº	Interdição nº			

**10. Descrição da Solicitação:**

**11. Declaração do Representante Legal:**

Declaro que são verdadeiras as informações prestadas pelo(a) ora requerente neste processo de licenciamento ambiental, o que caso contrário incorre a parte interessada em flagrante infração ao que determina o Regulamento da Lei Estadual N° 10.431 de 20/12/2006 aprovado pelo Decreto Estadual N° 14.024 de 06/06/2012, como também a Lei Federal N° 9.605/98 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Federal N° 6.514 de 22/07/2008 (LEI DE CRIMES AMBIENTAIS). A documentação e as informações complementares que vierem a ser exigidas pelo órgão ambiental municipal serão fornecidas nos prazos estabelecidos sob pena de preempção do processo e perda de qualquer direito sobre os pagamentos realizados.

Para fins de acompanhamento deste processo autorizamos o contato com o profissional indicado no campo 5 deste Requerimento.

Macajuba,                de                                de                                .

Nome do representante legal:

Cargo:    CPF:


Assinatura:

Carimbo da Empresa:

Os atos processuais praticados só poderão ser efetivados pelo Requerente ou por seu Representante Legal mediante apresentação de documentação comprobatória.

**ESTE REQUERIMENTO NÃO TEM CARÁTER AUTORIZATÓRIO**



 <b>SAMA</b> Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	<b>ANÁLISE PRÉVIA</b>	Processo n°: _____ Data da Formação: ____/____/____
	<b>Processos de Licenciamento Ambiental</b>	_____ <i>(Assinatura do Servidor)</i> _____ <i>(Nome do Servidor por Extenso)</i>

**USO EXCLUSIVO DA SEMA – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE**

Micro	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional
<b>REQUERENTE:</b> _____ <b>TIPOLOGIA OU ATIVIDADE:</b> _____				
<b>TIPO DE REQUERIMENTO:</b>	Licença Unificada - LU	Licença de Previa – LP	Licença de Implantação – LI	
	Licença de Operação – LO	Renovação de LA	Outros:	
<b>VALOR (R\$):</b>				<b>VALIDADE:</b>

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

ITEM	PARA TODAS AS MODALIDADES DE LICENÇA (LU, LP, LI, LO, LA, LC, LL, RLO, LOA, LPO)
01	Requerimento Ambiental.
02	Análise Prévia à formação do processo realizada pela SAMA.
03	Comprovante do endereço informado no requerimento.
04	Cópia do contrato social da empresa e suas alterações, no caso de pessoa jurídica.
05	Cópia do CNPJ e Inscrição Estadual da empresa, e RG e CPF, para pessoa física.
06	Documentação comprobatória da qualidade de representante legal do interessado, acompanhada do CPF.
07	Comprovante de pagamento.
08	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)
09	Programa de gerenciamento de Resíduos Sólidos. (PGRS).
10	Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE).
11	Comprovante de registro no CEAPD.

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

ITEM	LICENÇA UNIFICADA (LU)
12	Documento de conformidade com a legislação municipal
13	Comprovante do pagamento trimestral da TCFA, para os Grupos A3; B1 a B7; C1 a C16; D1 a D4; E2.2; E3, E5 a E8; F1.4; F1.6; G1.3; G1.5; e G2.1 do Anexo III (Decreto 11.235/08), quando se tratar de renovação da LS.
14	Cópia da licença anterior se houver.
15	Documento comprobatório de propriedade ou posse do imóvel, conforme Anexo I, ou §4º do artigo 26, da Portaria Nº 13.278/2010.
16	Protocolo de requerimento ao INEMA da ASV ou DASV, quando for necessário suprimir vegetação nativa.
17	Protocolo de requerimento à SAMA da IAP, quando houver interferência em APP ou Reserva Legal.
18	Outorga do direito de uso da água, ou sua dispensa, quando couber.
19	Diagnóstico não interventivo dos aspectos arqueológico, histórico, cultural e paisagístico da área de influência direta e indireta do empreendimento.
20	Certidão sobre a situação do processo no DNPM, quando se tratar de mineração.
21	Anuência do distrito industrial onde se localiza o empreendimento, quando couber.

Formulário Analise Previa

1 | 4

SAMA-LA-F001

22	Anuência do DERBA e/ou DNIT, no caso de empreendimento de mineração em faixa de domínio de rodovias.	
23	Autorização emitida pela ANP, quando se tratar de perfuração de poços de petróleo ou gás natural.	
24	Regularidade quanto à Reserva legal, conforme artigo 26, inciso II, alínea "m" da Portaria Nº 13.278/10.	
25	Autoavaliação do cumprimento dos condicionantes da licença anterior, quando for o caso, devidamente acompanhada de documentação comprobatória assinada por responsável técnico.	
26	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), quando couber, ou Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS), no caso de hospitais e (PGRSCC) de Construção Civil quando for o caso.	
27	PRAD, quando se tratar de mineração, obra rodoviária ou outras que provoquem alterações na morfologia da área de influência do empreendimento ou atividade, assinado por responsável técnico e acompanhado da ART.	
28	Plano de Fechamento, quando se tratar de empreendimento de mineração.	
29	Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), quando couber.	
30	Plano de Emergência Ambiental (PEA), quando couber.	
31	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), acompanhado da ART do responsável.	
32	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS) OU PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (PGRSS) NO CASO DE HOSPITAIS.	
33	Informações georreferenciadas em meio digital atendendo os critérios e diretrizes da Portaria Nº 13.950/2010 (obrigatoriamente em CD ROM ou DVD com capa de proteção em acrílico).	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

ITEM	LICENÇA DE PREVIA (LP)	
12	Documento de conformidade com a legislação municipal.	
13	Documento comprobatório de propriedade ou posse do imóvel, conforme Anexo I, ou §4º do artigo 26, da Portaria Nº 13.278/2010.	
14	Protocolo de requerimento à SAMA da ASV ou DASV, quando for necessário suprimir vegetação nativa.	
15	Protocolo de requerimento à SAMA da IAP, quando houver interferência em APP ou Reserva Legal.	
16	Diagnóstico não interventivo dos aspectos arqueológico, histórico, cultural e paisagístico da área de influência direta e indireta do empreendimento.	
17	Certidão sobre a situação do processo no ANM, quando se tratar de mineração.	
18	Anuência do distrito industrial onde se localiza o empreendimento, quando couber.	
19	Autorização emitida pela ANP, quando se tratar de perfuração de poços de petróleo ou gás natural.	
20	Anuência do DERBA e/ou DNIT no caso de empreendimento de mineração em faixa de domínio de rodovias.	
21	Informações georreferenciadas em meio digital atendendo os critérios e diretrizes da Portaria Nº 13.950/2010 (obrigatoriamente em CD ROM ou DVD com capa de proteção em acrílico).	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

ITEM	LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO (LI)	
12	Regularidade quanto à Reserva legal, conforme artigo 26, inciso IV, alínea "a" da Portaria nº 13.278/10.	
13	Cópia da licença anterior se houver.	
14	Autoavaliação do cumprimento dos condicionantes da licença anterior, quando for o caso, devidamente acompanhada de documentação comprobatória assinada por responsável técnico.	
15	Outorga do direito de uso da água, ou sua dispensa, quando couber.	
16	Autorização Prévia do IPHAN, ou IPAC, quando o empreendimento se localizar em sítios históricos e/ou arqueológicos, ou da FUNAI, no caso de áreas indígenas.	
17	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), quando couber, ou Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS), no caso de hospitais.	
18	PRAD, quando se tratar de mineração, obra rodoviária ou outras que provoquem alterações na morfologia da área de influência do empreendimento ou atividade, assinado por responsável técnico e acompanhado da ART.	
19	Plano de Fechamento elaborado conforme Termo de Referência fornecido pelo IMA, quando se tratar de mineração.	
20	Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), quando couber, conforme norma técnica aprovada pela resolução Cepram Nº3.965/2009	
21	Carta de viabilidade de serviços de energia elétrica (COELBA), de abastecimento de água e esgotamento sanitário (EMBASA) e de coleta de lixo (prefeitura municipal), nos casos de empreendimentos urbanísticos, turísticos e de lazer.	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

ITEM	LICENÇA DE ALTERAÇÃO (LA)	
12	Comprovante do pagamento trimestral da TCFA, para os Grupos A3; B1 a B7; C1 a C16; D1 a D4; E2.2; E3, E5 a E8; F1.4; F1.6; G1.3; G1.5; e G2.1 do Anexo III (Decreto 11.235/08).	
13	Cópia da licença a ser alterada.	

Formulário Análise Previa

2 | 4

SAMA-LA-F001

14	Original da publicação do pedido de LA publicado em jornal de grande circulação.	
15	Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE), contemplando as alterações de projeto pretendidas, comparando com o projeto licenciado.	
16	Relatório de cumprimento de condicionantes da licença a ser alterada, quando couber, devidamente acompanhado de documentação comprobatória assinada por responsável técnico.	
17	Outorga do direito de uso da água, ou sua dispensa quando couber.	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

<b>LICENÇA DE OPERAÇÃO DA ALTERAÇÃO (LOA)</b>		
ITEM		
12	Comprovante do pagamento trimestral da TCFA, para os Grupos A3; B1 a B7; C1 a C16; D1 a D4; E2.2; E3, E5 a E8; F1.4; F1.6; G1.3; G1.5; e G2.1 do Anexo III (Decreto 11.235/08).	
13	Cópia da licença anterior.	
14	Original da publicação do pedido de LOA publicado em jornal de grande circulação.	
15	Autoavaliação do cumprimento dos condicionantes da licença anterior, quando for o caso, devidamente acompanhada de documentação comprobatória assinada por responsável técnico.	
16	Documento contendo a Política Ambiental da organização, para empreendimentos de médio, grande e excepcional porte.	
17	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) ou Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS) no caso de hospitais.	
18	Cópia do registro em cartório da Ata de Reunião de Diretoria referente à criação da CTGA, acompanhada da ART ou currículo do coordenador, nos casos de empreendimentos de médio, grande e excepcional porte.	
19	Cópia da publicação da Política Ambiental da empresa em jornal de grande circulação no estado, para empreendimentos de médio, grande e excepcional porte.	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

<b>LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO) OU RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO (RLO)</b>		
ITEM		
12	Comprovante do pagamento trimestral da TCFA, para os Grupos A3; B1 a B7; C1 a C16; D1 a D4; E2.2; E3, E5 a E8; F1.4; F1.6; G1.3; G1.5; e G2.1 do Anexo III (Decreto 11.235/08), quando se tratar de RLO.	
13	Outorga do direito de uso da água, ou sua dispensa quando couber.	
14	Cópia da licença anterior se houver.	
15	Original da publicação do pedido de LO ou RLO publicado em jornal de grande circulação.	
16	Autoavaliação do cumprimento dos condicionantes da licença anterior, quando for o caso, devidamente acompanhada de documentação comprobatória assinada por responsável técnico.	
17	Estudo de Autoavaliação para o Licenciamento Ambiental (ALA), para empreendimentos de médio, grande e excepcional porte, quando se tratar de RLO.	
18	Cópia do registro em cartório da Ata de Reunião de Diretoria referente à criação da CTGA, acompanhada da ART ou currículo do coordenador, nos casos de empreendimentos de médio, grande e excepcional porte.	
19	Cópia da publicação em jornal de grande circulação do Balanço Ambiental da empresa, no caso de RLO, quando se tratar de empreendimento de médio, grande ou excepcional porte.	
20	Cópia da publicação da Política Ambiental da empresa em jornal de grande circulação no estado, para empreendimentos de médio, grande e excepcional porte.	
21	Informações georreferenciadas em meio digital atendendo os critérios e diretrizes da Portaria Nº 13.950/2010 (obrigatoriamente em CD ROM ou DVD com capa de proteção em acrílico).	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

<b>MANIFESTAÇÃO PRÉVIA (MNP)</b>		
ITEM		
12	Requerimento.	
13	Análise Prévia à formação do processo realizado pela SAMA.	
14	Comprovante de representação legal do interessado.	
15	Caracterização do empreendimento, acompanhado de planta de situação, conforme Art. 27 da Portaria Nº 13.278/2010.	
16	Comprovante de pagamento.	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

<b>AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (AA)</b>		
ITEM		
12	Requerimento.	
13	Análise Prévia à formação do processo realizada pela Secretaria de Meio Ambiente.	
14	Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE).	
15	Documento de conformidade com a legislação municipal.	

16	Relatório de cumprimento dos condicionantes da autorização anterior, quando se tratar de prorrogação da AA, acompanhada de documentação comprobatória e devidamente assinada pelo responsável técnico.	
17	Comprovante de pagamento.	
18	Documento comprobatório de propriedade ou posse do imóvel, ou autorização do superficiário acompanhada de documento comprobatório de propriedade ou posse, conforme Anexo I da Portaria nº13.278/2010, no caso de empreendimentos de mineração.	
19	Outorga de direito de uso da água quando couber.	
20	Protocolo de requerimento ao INEMA da ASV ou DASV, quando couber.	
21	Protocolo de requerimento ao INEMA da IAP, quando houver interferência em APP ou Reserva Legal.	
22	Certidão sobre a situação do processo no DNPM, quando se tratar de mineração.	
23	PRAD e as propostas de uso futuro das áreas recuperadas, bem como o cronograma físico-financeiro de execução, quando se tratar de empreendimento de mineração.	
<b>Observação: Outros documentos e estudos estarão incluídos no Termo de Referência para o empreendimento a ser licenciado, caso seja necessário.</b>		

**OBSERVAÇÃO:**

**ATENÇÃO REQUERENTE**

**NOTA 1:** Os documentos apresentados em forma de fotocópia deverão ser **autenticados ou acompanhados do documento original**, para conferência pelo técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macajuba, conforme o Art. 157 § 3º do Regulamento da Lei Estadual Nº 10.431 de 20/12/2006 e da Lei 11.050 de 06/06/2008 aprovado pelo Decreto Estadual Nº 11.235, de 10/10/2008.

**NOTA 2:** Após a aprovação da Licença ou Autorização Ambiental um extrato da(s) mesma(s) é publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), sem ônus para o empreendedor.

**NOTA 3:** Para uma mesma empresa que possua várias unidades de produção, com diferentes localizações, a Licença ou Autorização Ambiental é obrigatória e específica para cada uma de suas unidades.

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que entreguei à **SAMA** os documentos requeridos e acima assinalados.

Município de Macajuba / BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante / Servidor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

**ESPAÇO RESERVADO PARA ATEND: FORMAÇÃO DO PROCESSO**

**Data:**

\_\_/\_\_/\_\_

**Nº do Processo:**

**Assinatura:**